



16 de outubro de 2019

O Censo Demográfico de 2020 e Desafios Futuros

Palestrante – Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto, Diretor de Pesquisas do IBGE



CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de 16 de outubro de 2019

Nesta data, reuniu-se por convocação da presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

"O Censo Demográfico de 2020 e Desafios Futuros"

O presidente do Instituto Pereira Passos deu início à reunião e realizou as seguintes observações:

- Quero agradecer ao Eduardo Rios Neto por ter vindo discutir conosco o Censo Demográfico. Eduardo foi professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da UFMG. Acho que os conselheiros podem se apresentar para você ter uma ideia dos participantes e depois você pode fazer sua apresentação.

Em seguida, foi dada a palavra a Eduardo Rios. Os tópicos apresentados por ele foram os seguintes:

Eduardo: É um prazer estar aqui e agradeço ao Sérgio Besserman por ter indicado o meu nome e ao Mauro Osorio por ter entrado em contato. Minha vida profissional inteira foi na academia, meu único emprego foi na UFMG, até a aposentadoria. Depois passei um ano e meio na Universidade de Illinois como professor. Sair da academia, independente da trajetória, para virar Diretor de Pesquisas do IBGE é uma responsabilidade muito grande. Temos que ter um pouco de ousadia e em partes aceitei o desafio por dois motivos: 1) a presidente do IBGE, Susana Cordeiro Guerra, com sua inteligência e perspicácia, e apesar de sua baixa idade, me cativou com um projeto estratégico e eu levei muito isso em consideração; e 2) pelo pepino que é o Censo, a coisa já estava polêmica quando ela me contatou. Eu gravei um vídeo reagindo ao discurso de posse dela, do Paulo Guedes, e muita gente usa isso como se fosse uma contradição minha (eu não vejo contradição alguma), mas o que eu falei está dentro de um intervalo de confiança civilizatório. A coisa polemizou e eu sou demógrafo de vida inteira e tenho uma admiração pelo IBGE muito grande. Eu já sou velho o suficiente e não almejo nada que me faça ter medo de patrulha. Nada que digam ao meu respeito vai alterar a minha determinação e a missão que assumi.

Eu já fiz pesquisas em comunidades, no caso Paraisópolis em São Paulo, e concluí que não há calma para que em cinco minutos não venha uma tsunami e te leve junto, é totalmente imprevisível. E o IBGE é um pouco isso. Eu vim porque achava, como vai ficar claro aqui, no decorrer das exposições, que a polarização do jeito que estava chegando poderia tomar o pior rumo possível, o rumo sem rumo.

Qualquer metáfora ou operação de guerra não vai dar conta de compreender o tamanho da operação do Censo pelo número de domicílios e o custo. O custo para fazer o Censo é de 10 vezes o orçamento anual do IBGE. É uma responsabilidade muito grande, e costuma causar

revoluções tecnológicas na instituição. É algo que todo mundo diz que vai ser melhor preparado para a próxima década, mas no Brasil não é assim. A não ser que tivéssemos um censo contínuo, mas que aumentaria o custo do IBGE, que teria que diluir o custo do Censo em 10 anos. Censo é caro, principalmente em momentos de ajustes fiscais e crise. Mesmo os militares tiveram contingenciamento de 30% e 40% no decorrer do ano.

São 180 mil recenseadores, 25 mil supervisores, 10 mil agentes. São 27 UEs e 583 agências. A operação do Censo é fantástica e extraordinária, assim como a operação cotidiana do IBGE. É uma instituição central muito grande aqui no Rio, mas de uma capilaridade enorme e de uma grande complexidade, com um cotidiano diário de coleta. Por exemplo, a Diretoria de Pesquisas (DPE) lança diariamente produtos na imprensa, todo dia é enviado para a imprensa um press release com 24h de antecedência. São anos de sabedoria institucional de criar protocolos para isso, sem esses protocolos seria uma crise por dia. São produtos oficiais que saem da fábrica todos os dias. Eu já fui economista um dia, que é minha formação de graduação, mas a partir de um ponto eu virei cada vez mais demógrafo. Então, eu cheguei para o Censo e estou tentando recobrar um pouco de economia para dar conta da imensidão que é a DPE, que é o coração do IBGE no que tange à maioria dos produtos, e é a formação de renda do IBGE em termos de pesquisa. O orçamento é gerado nas pesquisas e atividades, então a fonte geradora de renda é majoritariamente da DPE, que vai distribuindo serviço para as outras diretorias do IBGE. É uma operação complexa.

Eu devo ter sido o primeiro ou segundo em reagir na defesa do Censo. Por um lado, o tamanho do questionário refletindo uma maior demanda por informações desagregadas, recomendações internacionais, tudo isso justifica ter um grau grande de diversidade. Lembrando, que quase nenhuma pesquisa no seu censo tem cobertura municipal. Quando falamos da amostra do censo, estamos falando de uma mega pesquisa domiciliar, o censo mesmo é a não-amostra, que é o que é realmente censitário. Mas por outro lado o mundo muda, houve a crise e teve muitas discussões dizendo que a presidente e eu entramos para cortar o orçamento do Censo. Eu sou Diretor de Pesquisas, que é uma diretoria muito técnica, então eu nunca me debrucei muito nessas questões orçamentárias. É claro que seria uma sandice falar que custo não tem nada a ver, a crise estava lá, o próprio discurso do Paulo Guedes refletiu isso. Contingenciamento foi uma realidade do governo até hoje. Quando a presidente me contactou havia um contexto que era da comunidade democrática, de que 2010 já tinha batido na trave com problemas de cobertura, tanto que a pesquisa de avaliação não foi divulgada. Eu não gosto de falar porque parece que para eu me defender tenho que atacar outro e eu não acho que o Executivo tem que olhar pelo retrovisor, tem que olhar para a frente.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Eu queria chamar a atenção de que toda a estatística que trabalhamos no IPP ou que usamos do IBGE, tem um numerador e um denominador. Se há problemas no denominador, lendo nas entrelinhas da fala do Eduardo, a qualidade de 100% das estatísticas está com problema. Se a qualidade do denominador não está boa, não adianta querer muita coisa no numerador...

Eduardo: O TCU, o Fundo de Participação dos Municípios, sofremos diversos processos por ano, o IBGE. No Cedeplar sempre fizemos projeções, algumas alternativas ao IBGE. Sempre houve uma espécie de código, que dizia que (pessoal da Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS) ou da DPE não eram incompetentes demograficamente, os caras eram os melhores) o IBGE tinha que ser conservador nas suas projeções em vários municípios. Aqui no Rio, o Pereira Passos queria dados por idade em nível municipal e o IBGE não poderia dar, por conta da projeção para o Fundo de Participação dos Municípios. Aí o Cedeplar fazia e vendia. Mas

sempre tivemos o respeito de não jogar pedra na vidraça do outro. O que houve nessa polêmica, que é um pouco lamentável, é que houve uma extrapolação ao falarem que as mudanças que estão ocorrendo vão prejudicar os municípios. Houve quase um incentivo aos municípios a processarem o IBGE, de uma forma subliminar. Espero que dissipemos essas dúvidas até a coleta do Censo. Enquanto houver aquele degrau na lei do Fundo isso vai ser uma grande polêmica. Se o Fundo passar a ser uma inclinação, onde a transferência per capita não tem degrau de tamanho de população, o IBGE sai da berlinda.

A primeira e primordial função do Censo, desde Herodes (não que não seja importante coletar todos os atributos sociais) é contar cabeças. Meu orientador de décadas, dizia que em demografia a população é dividida por sexo e idade, gênero é uma análise socialmente construída. Pirâmide populacional é homem e mulher separados por idade. O ponto central é contar bem. E o desafio de contar bem é tão grande que eu não posso ter certeza que estou contando bem, é um desafio global. Essa é a função primeira e primordial de qualquer censo demográfico, porque ele aloca recursos, determina o número de deputados no Congresso, é o denominador de todas as políticas sociais. Preciso medir bem o tamanho, o sexo e a idade. Parece bobagem, mas o Brasil está envelhecendo populacionalmente e um dos problemas mais grave é o erro de declaração de idade. Até quando se anota a data de nascimento da carteira de identidade dá problema. Já dizia o Jorge Mortara, que o Brasil (e outros países latino-americanos menos desenvolvidos) apontavam um maior número de pessoas com mais de 100 anos que qualquer país da Europa. E isso era erro de declaração de idade. À medida em que o país vai envelhecendo passa a ser uma questão importante. É o caso de Copacabana, se for verdade que Copacabana é um gueto de idosos, qual o limite de corte que deve ser feito? Idoso jovem, idoso centenário? Isso requer uma declaração de idade fundamental.

Estava conversando sobre a importância do IPP em relação aos registros administrativos. Eu sempre fui contra o uso de registros administrativos em substituição ao Censo, eu acho que eles são complementos do Censo. Daqui a 30 ou 40 anos pode substituir quando muita coisa tiver sido validada. No momento o que interessa é o registro administrativo e usar o Censo como denominador. Fizemos um workshop com o Banco Mundial em Brasília, sobre registros administrativos, e eu estou cada vez mais convencido que a função do IBGE é assumir a liderança que é lhe dada constitucionalmente para ser o líder do sistema estatístico nacional, mas como líder administrar os registros administrativos, também. Isso não é trivial e estamos engatinhando com isso. Não dá pra usar registro administrativo para resolver problemas do Censo de 2020, isso está fora de consideração.

Existe um embate entre o sigilo fiscal e o sigilo estatístico. Qual é o superior na lei? Provavelmente não existe superioridade e um é paralelo ao outro. O sigilo estatístico é a pedra angular do IBGE, foi posto à prova e foi parar até no STF. Um juiz ou procurador do estado de SP, não me recordo, descobriu que haviam 40 crianças sem certidão de nascimento na cidade e obrigou o IBGE a identificar essas crianças para eles irem atrás delas. O IBGE disse que esses dados não podem ser abertos. Se entregarmos qualquer informação individualizada para qualquer agente, seja ele legal, público ou qualquer coisa, nunca mais conseguiríamos fazer entrevistas. Foi até o STF e a Carmem Lúcia deferiu o voto favorável ao IBGE em benefício do sigilo estatístico. Com a questão do *big data* isso vai aparecer todo dia. O que nós estamos tentando, inclusive, vender para os próprios legisladores e para o governo que não existe instituição mais bem preparada para preservar o sigilo que o próprio IBGE.

Se eu quero fazer a transformação do dado administrativo da prefeitura em dado estatístico, que são coisas diferentes, ela deve seguir o código do IBGE, pois é isso que transforma o registro

administrativo em estatística. Ele tem que sofrer esse tratamento para se tornar dado estatístico, com sigilo e tratamento apropriado. Estamos investindo muito nisso, é um trabalho quase que de pregação.

O projeto do Censo Demográfico 2020 passa por essas interações. Muitas das polêmicas que houveram, como cortes e tamanho, é porque houve um processo de escuta que entra em operação em 2016 e só termina com a publicação dos dados em 2021. Houve esse processo de escuta e tudo isso ampliou na prova piloto o tamanho do questionário, chegamos com 102 perguntas na amostra. Mas piloto é isso, mesmo. Mas chegou em um momento que caiu na realidade, entrou em discussão o problema da cobertura, do tamanho, e isso é uma questão universal. O Censo, tanto no questionário básico quanto na amostra, vinha apresentando ao longo do tempo uma tendência crescente. O Censo de 2010 já foi muito grande e já se passou a ter esse problema de cobertura e cada vez mais o aumento da gentrificação. Problema de cobertura muitas vezes são os domicílios fechados, que é diferente de domicílio vago. Muitas vezes o entrevistador tem o incentivo de classificar o domicílio fechado como vago, mas isso pode ser controlado via supervisão. O grande problema é o domicílio fechado, que foi classificado corretamente, seja por ele ser unipessoal ou porque o condomínio nem te deixa entrar. Qualquer que seja a circunstância, isso afeta tremendamente a cobertura. E olha que não estou nem falando das regiões subnormais. Eu espero que ao longo do ano possamos fazer uma interação da gerência técnica do Censo com as experiências que vocês do IPP vêm tendo com regiões subnormais. Particularmente, no caso de Rio de Janeiro e São Paulo, essa é a questão chave. Na região norte e nordeste, há problemas de acesso. Mas o Censo 2010 diz que é mais fácil superar problemas de acesso, mesmo na Amazônia, do que superar o problema de cobertura no Rio e em São Paulo, principalmente no Rio.

Eu era membro da comissão consultiva desde o Censo de 2010, porque havia sido presidente da Associação Brasileira de População. E era membro da comissão consultiva do Censo 2020, quando a presidente me chamou, saí da comissão e passei a dirigi-la. E é interessante porque houve uma polêmica por parte dos técnicos da casa porque eu dei uma voz muito grande à comissão consultiva, que é consultiva e não deliberativa. É uma comissão que tem méritos, não tem nenhuma panelinha, e é a opinião dos usuários do Censo. Mas gerou um certo ranger de dentes entre a autonomia técnica e papel da comissão consultiva.

As lições do Censo 2010 são que havia questionários superdimensionados e insuficiência de cobertura. O IBGE ganhou o prêmio com Dispositivo Móvel de Coleta (DMC), que antes se chamava PDA. Sou contra governar com espelho retrovisor, o Censo 2010 tem muita coisa boa. Mas o uso da internet foi baixo e no Censo experimental agora também está sendo baixo. Essas lições são as que eu entendi, mas vários outros técnicos podem discordar de mim, não estou querendo ser autocrático. Mas eu estou falando o que os documentos da casa e demógrafos que eu convivo indicam, mas é longe de ser uma visão consensual, estou longe de querer passar uma visão monolítica e mentirosa. Mas existe esse questionamento da cobertura e do superdimensionamento. Mas uma coisa factual é que a utilização da internet para coletar dados foi abaixo e agora também há uma dificuldade. Estamos avançando muito e estamos negociando com as teles chips praticamente gratuitos para os DMC. No Censo 2010 deu certo, mas corremos muito riscos, o entrevistador tinha que procurar redes de internet para enviar os dados. Agora, estamos tentando negociar para que cada DMC tenha um chip das teles e transmita os dados imediatamente após as entrevistas. Mas matamos um leão por dia pra resolver isso, se não for subsidiado, com o limite que temos do custo... O próprio DMC, estamos discutindo com o

governo, não posso falar muito aqui, mas provavelmente vai sair muito mais barato porque vamos dar outro uso a eles. Estamos tentando racionalizar a operação.

Há o desafio mais amplo em relação aos registros administrativos e tecnologia. Sobre registros eu já falei um pouco e não vou me repetir agora. Mas sobre tecnologia há discussões sobre *big data*, se vamos ou não usar a nuvem, como que se usa a tecnologia tal qual ela está se apresentando, onde o PDA foi a grande inovação de 2010. A ideia é tentar ter uma história parecida com o PDA aqui, mas ele foi grande um salto.

A presidente fala que nós temos que ser parcimoniosos, e isso é verdade. Estamos em crise, se for de longo prazo, temos que ter uma racionalidade sobre quais produtos você quer. Se for para manter todos os produtos, o preço que se paga é na sua qualidade. Eu não estava julgando muito as pesquisas amostrais, mas eu estou ficando cada vez mais convencido de uma coisa (até por isso escolhi o Cimar Azeredo Pereira para ser meu vice-diretor e estou cada vez mais feliz com isso): a grande pesquisa do IBGE, fora o Censo, é a PNAD contínua. Já era a PNAD, mas quando virou contínua, mês a mês, ela gerou uma pressão no sistema que o pessoal reclama, mas é o sangue do IBGE. Mas hoje está claro para mim, estou convencido, que a PNAD contínua que vai dar receita extra para o IBGE sobreviver e fazer a transição na modelização. A amostra mestre de 2020 vai ser fundamental e a ideia é que vamos aumentá-la e queremos cada vez mais divulgar resultados da PNAD contínua, mas não no nível municipal. Mas se formos chegar no nível municipal, e é um dilema que o IBGE vai ter que resolver e vai ser após minha passagem, é se vamos ter um censo contínuo ou não. E, se tivermos, ele será uma metamorfose da PNAD contínua, e isso pra mim está muito claro. A grande âncora do IBGE é a PNAD contínua, ela é a coluna vertebral. A PNAD contínua vai permitir que em Minas Gerais, São Paulo e o próprio estado do Rio de Janeiro, divulgue daqui a um ou dois anos, uma vez por ano, resultados intraestaduais, em umas quatro ou cinco regiões de planejamento. Estamos ampliando a nossa para isso. E, como está em campo mês a mês e isso vai se acumulando, é factível. Antigamente, várias vezes, o governo fazia TED descentralizado e pagava um suplemento na PNAD.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Brigamos para caramba para fazer isso na minha época do IPP, no IBGE nunca se abriu para isso, não.

Eduardo: O que está acontecendo agora que acho bacana é: como a PNAD contínua é mensal, às vezes o IBGE consegue vender (ainda está caminhando, não tem um padrão) suplementos por trimestre, claro que não pode ser enorme, às vezes são três perguntas. Mas temos que ser realistas, a restrição orçamentária veio para ficar, o Estado está quebrado. Se não houver formas racionais, científicas, não-privatizantes (e isso aí já é um vício meu), de modernizar a instituição você está perdido. Mas estamos caminhando na pactuação de um avanço legal nisso e eu estou muito confiante. Um parceiro que tem sido fundamental e continuará sendo nos próximos anos, é o Ministério da Saúde. Passei vários anos da minha vida acadêmica indo e voltando dos Estados Unidos, e o *National Institute of Health* (NIH) banca 50% da pesquisa acadêmica social e epidemiológica americana. O orçamento do NIH é muito maior que o do CNPq aqui. O Ministério da Saúde é um grande financiador de pesquisas no Brasil, mas é uma coisa meio desestruturada, e o ponto é que o IBGE acertou o passo com eles. Estamos caminhando nessa linha virtuosa, que na minha opinião é do bem.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Um dia as finanças do município e do estado vão estar com condições disso. Mas um dos sonhos que tínhamos era um suplemento sobre os “nem-nem”, do uso do tempo. Já tem testes, mas pesquisas não. Mas para pesquisar os “nem-nem” uma pesquisa de uso do tempo é fundamental. Ela pode ser amostral, se for muito concentrada

numa comunidade pode haver sazonalidades. Mas para isso teria que pagar o IBGE pelo suplemento.

Eduardo: Eu sempre fui muito vendedor de pesquisas aplicadas de grande porte. Eu já vendi projeto de três, quatro milhões, que para academia são valores exorbitantes. Mas eu nunca gostei da TED, que é a descentralização. Eu dava o dinheiro todo para a universidade, mas eu queria a bolsa de pesquisa que dobrava meu salário de professor, que era uma merreca. Eu sempre odiei o TED porque é a descentralização, você cai no SIAFI, então o pagamento de bolsa era muito controverso. Eu tinha uma resistência quando o cara falava que ia fazer um TED, que é mais rápido, mas para mim não dava um recurso dolarizado para a universidade. Mas no IBGE é contrário, o TED é tudo que o IBGE quer. O funcionário tem uma carreira, não existe bolsa para o técnico do IBGE, podia descentralizar, cai no SIAFI e resolve a crise financeira. É um mecanismo muito bacana e acho que foi usado aquém do possível em outros momentos. Mas acho que estamos em um momento de maturidade institucional em que essa âncora é fundamentável, também.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Isso visto pelo lado do IBGE. Mas pelo lado do IPP, dos municípios e estados, o Brasil não tem um sistema estatístico nacional. Nos conformamos durante muito tempo com o Censo porque havia a contagem de cinco em cinco anos. Então, é um modelo meio leste-europeu, que de dez em dez anos vem aquele orçamento que o Eduardo mostrou, dez vezes maior que o orçamento do IBGE e que vai e cobre tudo. O que mudou é que aos poucos deixou de haver a contagem por conta de grana. Produzíamos correndo para que a informação tivesse qualidade. Mas outra coisa que mudou é que a velocidade do mundo aumentou demais, as políticas públicas têm que ser avaliadas e o gestor fica cobrando respostas do que vocês estão fazendo. O Brasil não tem um sistema estatístico nacional, são raríssimos os municípios que têm um órgão similar ao IPP, idêntico que eu saiba nenhum. O que valia como estatística nacional era essa operação de guerra decenal, mas esse mundo não existe mais. No entanto, não se vê sinais de municípios e estados criando e suportando instituições para suprir essa demanda.

Eduardo: Eu faço a *mea culpa* no governo mineiro. Como consultor, sugeri fazer uma PMAD ou PAD, não sei o nome que fizeram. Deu um trabalho enorme, gastou uma grana grande, o amostrista pisou na bola. Não é para principiante. O IBGE está há 30 anos nisso, o cara chega a ser chato com os procedimentos, mas isso é preciso. À luz dessa possibilidade de expandir a PNAD contínua e dessa PAD que o governo mineiro gastou muito dinheiro, fez duas versões e foi descontinuada, porque é insustentável, a PNAD contínua vai estar gerando PADs estaduais a custo quase zero para os entes federativos. E com a vantagem que os suplementos poderão ser vendidos.

Aparte da conselheira Andrea Pulici: Vou complementar algo que o Sérgio disse: na verdade, há necessidade, sim, de monitorar política pública no mais curto prazo de tempo. Mas ao mesmo tempo estão aí os planos diretores, que todos os municípios têm que fazer e eles possuem uma visão mais de longo prazo, dez anos. Temos cerca de cinco mil municípios no país, e dois ou três, apenas, que conseguem ter dados administrativos para gerar seus planos diretores. Quando se pensa em qualquer tipo de modificação de um dado no Censo, precisamos levar em consideração que os municípios (já que não fizemos nenhum movimento a nível nacional de instrumentalizar esses municípios para que possam fazer a coleta de seus próprios dados) usam os dados que vêm do Censo para que possam desenvolver seus planos. Antecipando, por exemplo, a questão do déficit habitacional. Hoje, estamos no meio da revisão do Plano Diretor do Rio – que é uma cidade que tem capacidade administrativa, que possui técnicos da Prefeitura

que trabalham com dados, que conseguem eventualmente superar isso que vou falar adiante. Mas temos o problema anterior de cada um criar o próprio dado e eles pararem de ser comparáveis. A PNAD ainda não resolve o problema porque não chega a nível de município. No Rio, a gente conseguiu desenvolver dados administrativos, principalmente com o SIURB. Mas fico pensando no IPS (índice sintético com 30 indicadores), pois quando queremos fazer para a região metropolitana não conseguimos. Nenhum município na sua franja tem esse tipo de dado.

Aparte do conselheiro Proedro Da Luz: Mas existe um dado, que não entra no IBGE, e que você já mencionou, que é a questão de locação, usado para avaliar o déficit habitacional. Várias pessoas dizem que não existem déficit habitacional. Temos uma série de imóveis fechados e que não são ofertados no mercado, mas isso não sai no IBGE ou na Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Isso não se resolve no Censo, pois a decisão do proprietário de ofertar ou não varia de parâmetro, geralmente, de 6 em 6 meses. Como economista, eu afirmo que o dinheiro que está aplicado nos fundos de renda fixa também resolveria o problema habitacional.

Eduardo Rios: Cada vez mais, os dados municipais irão para as despesas administrativas. Eu acho que o IBGE tem uma função a seguir. Pode ser que surja dentro da EPE, ou outro lugar do IBGE, uma coordenação ou mais uma gerência. Isso é muito novo. Por mais que o IBGE já tivesse feito normativas nessa área, na prática você não está conseguindo trabalhar. Primeiro você tem que mostrar que dá lucro ao IBGE, depois a gente vai alocar e ver qual a estrutura administrativa necessária. Outra coisa é o pareamento de base de dados. O pareamento de dados, hoje, requer um tipo de tecnologia, como software e higienização da base de dados. São coisas que até três anos atrás ninguém fazia no Brasil. Então temos que enfrentar o desafio de consolidar essa área não trivial.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: O IPP é o case municipal, que através do SIURB, ganhou premiação internacional de utilização de estatísticos administrativos. Acho que o IBGE tem muito a lucrar se vier aqui.

Aparte do conselheiro Jailson Souza: O conceito de aglomerados subnormais é uma coisa que temos uma briga histórica. É um absurdo, pois não tem um critério positivo. Então isso ajuda a reproduzir o pensamento de que a favela é só carência e precariedade. A forma de concentração utilizada gera um processo de distorção da realidade. A Maré bairro, diante das informações do IBGE, é uma região administrativa. Porém, lá tem conjunto habitacional feito pelo estado, possui um espaço de ocupação, áreas de loteamento e o IBGE não consegue captar isso e afirma que a Rocinha é a maior favela do Rio de Janeiro com 169 mil pessoas. Isso gera um grande trabalho para reunir as 130 mil pessoas da Maré. Enquanto esse processo de distorção da realidade não for refeito, ele vai continuar gerando distorções em relação a compreensão da população das periferias e favelas.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: O aglomerado subnormal nunca foi criado como um conceito para utilização de estatísticas. Ele surgiu para o IBGE saber trabalhar.

Eduardo Rios: O IBGE nunca disse que a Rocinha é a maior favela do Rio de Janeiro. Você tem setores subnormais de classe média alta. Nós começamos a trabalhar junto com o IPP com o que era considerado subnormal, ou seja, comunidades onde tem essa expertise. Tentamos adequar o que o IBGE pesquisava ao que o IPP necessitava. Esse foi o grande pulo do gato do órgão federal com o órgão municipal. Então, quando fazíamos pesquisas na Rocinha, ela era feita e refeita, pois no dia seguinte vinha o estado, associação ou televisão dizendo que ela tinha

100 mil. A gente vai a campo, verifica e faz a checagem. Hoje se dividirmos 69 mil pessoas pela área da Rocinha veremos quantas pessoas vão dar por metro quadrado. É impossível, pois nem a Barra tem essa ocupação demográfica. Muitas vezes quando você divulga uma área subnormal ali está embutido uma área que não são favelas, mas são irregulares com características de baixa renda.

Aparte do conselheiro Jailson Souza: O termo que é utilizado para favelas, vilas e invasões é o termo do aglomerado

Aparte da conselheira Andrea Pulici: O dado da empresa que faz o diagnóstico sempre é maior do que o do IBGE porque se ele errar naquele cálculo, até ele começar a fazer obra, ele terá problemas. Então, quando ele assina tem que estar preparado para qualquer tipo de perda.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Por isso que quem faz a pesquisa deve ser alguém isento.

Aparte de conselheiro: A maior parte da população de rua tem residência domiciliar.

Aparte da conselheira Andrea Pulici: Os garotos do IBGE ampliaram o domicílio improvisado. A gente está falando de um Censo que é brasileiro. Existe uma realidade diferente em cada estado.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Mas há metodologias de registro de população de rua.

Aparte do conselheiro Fernando Cavallieri: Existe no IBGE um estudo de comparação de custo benefício entre a antiga PNAD com a PNAD Contínua, que possa mostrar um avanço tecnológico ou econômico?

Eduardo Rios: Essa é uma boa sugestão. O IBGE fez um piloto do interior de São Paulo coletando os dados, um esqueleto, mas eu ainda não consegui achar. O meu ponto é: foram gastos 5 anos de dinheiro público fazendo um piloto que não possui um relatório técnico. O IBGE fez um seminário, um piloto, mas você procura e não acha nada. E eu espero conseguir até o final de 2025, colocando no plano de trabalho do IBGE e fazendo o uso do tempo. Outro ponto é a questão de gênero porque não existe. Até aí tem a questão do governo, precisamos ser seletivos, mas eu prefiro colocar no plano do que fingir que não tem nada.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Muito mais importante é discutir a questão de gênero e pra isso só com a pesquisa de Estudo do Tempo, porque o trabalho domiciliar nunca é considerado.

Eduardo Rios: Mas o fato é, não temos pesquisas de Uso do Tempo, tivemos que pegar emprestado da Colômbia, que é bastante conservadora. O Inea de lá apresenta uma crise muito maior do que a do IBGE.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Quando falam de cortar do Censo, parece que está falando de cortar de uma história. O Censo de 2010 tinha quase o dobro de perguntas do questionário amostral do que o Censo de 2000, em que eu era presidente. O questionário amostral de 2000 era quase um terço do último. Toda pergunta é útil e dá para montar um instituto de pesquisa em torno dela.

Eduardo Rios: Toda pesquisa domiciliar, quando a amostra é uma pequena PNAD, é preciso utilizar variáveis e co-variáveis. Então, para mim, a preocupação maior era que a gente tivesse um equilíbrio temático que não fosse uma coisa puramente demográfica, puramente sobre renda, educação e déficit habitacional.

Aparte do conselheiro Jailson Souza: Mas a discussão em termos de corte era muito maior na mostra do que no questionário básico.

Eduardo Rios: O corte maior foi na mostra de 72 para 76. A última versão do diretor antes de mim tinha chegado em 84 perguntas. Não estava balanceado, mas em termos de números, ele cortou muito. Eu tirei oito quesitos em relação a anterior. Existia uma relação ideológica. No quantitativo, a mostra já tinha chegado onde tinha que chegar. Por exemplo, o deslocamento de trabalho eu tinha cortado, mas voltei atrás. Existem vários países latino-americanos que têm um questionário menor do que o do Brasil, às vezes não tem o básico e as amostras, porém são países menores que Minas Gerais. O trabalho do IPP aqui é muito maior do que o deles.

Aparte da conselheira Andrea Pulici: Na verdade, o questionário é mesclado, não é tão grande, mas tem a população toda. Todos respondem ao questionário.

Aparte do conselheiro Fernando Cavallieri: O dado do município é fundamental, pois estamos divididos em bairros. A gente quase não pode usar a amostra.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Você trabalha com estatística onde os demógrafos não conseguem achar 10% das mulheres do Rio de Janeiro. Então, seu denominador, tudo que você está tratando vai apresentar problemas. No entanto, em 2010, a pesquisa de avaliação nunca foi revelada a ninguém. É uma problema para as estatísticas quando não se acha 10% de mulheres no Rio e em São Paulo.

Eduardo Rios: A questão chave aqui é aumentar a taxa de cobertura. Mas qual é a taxa de cobertura? Não sei, é um risco que eu corro, mas muito provavelmente com a internet, não importa o meio. Se eu tenho um questionário grande, as chances da pessoa desistir ou o dispositivo dela dar problema durante, é bem grande também. É preciso ter racionalidade nisso, é um princípio básico. Se você não facilitar, você terá problemas. Uma coisa que eu tirei foi a imigração internacional, pois no manual da ONU fala que o problema de imigração não é tão grande. No Brasil, a coleta de renda é uma tradição. Uma marca registrada do Brasil em pesquisas domiciliares e nos censos.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Só uma observação pontual. A renda de todos os moradores é informada por uma pessoa. É só pensar como é nas nossas casas, não precisa conhecer o resto, para admitir que não obrigatoriamente a mulher que está em casa ou o chefe sabem a renda do filho, da filha.

Eduardo Rios: Eu entendo vocês. Eu estou preocupado com o Brasil. Para você isso é crucial porque vocês querem um intramunicipal. Eu entendo perfeitamente vocês.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Mas não pode cobrar do IBGE isso. Aqui eu vou ser claro, não tem nada a ver com o prefeito atual, tinha a ver com o Cesar Maia, com o Eduardo Paes. Tem que se cobrar do prefeito que se interessa por isso. Por que o órgão federal vai ser obrigado a produzir dados intramunicipais? Onde é que você já viu isso em qualquer lugar do mundo? Se eu tenho uma prefeitura interessada em trabalhar...

Eduardo Rios: Nós estamos aproximando, essa é uma das apostas, que tem riscos, depende do efeito e duração, da gente ter tempo de maturar. Ele nunca, e acho que depois também não será assim, que claramente pode ter reforma ministerial, nunca você teve uma concentração de ministérios tão grande em um superministério como agora. Então, tudo que a gente conseguir avançar de registro administrativo agora, vira uma questão de estado para sempre. Essa é a nossa aposta.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Nós temos um país muito desigual. Se o IBGE vai a campo fazer o inverso, eu acho que ele tem condição de ter dado inclusive interno de cada município. Quantos municípios brasileiros vão ter a consciência que tem que fazer isso? E a existência do IBGE desde lá de trás, dos anos 40, é um patrimônio nosso.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: De acordo, mas estamos falando aqui de intramunicipal. E o Eduardo já fez a observação sobre municipal, eu vou fazer sobre intramunicipal. Quantos municípios brasileiros já fizeram qualquer coisa com dados intramunicipais?

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Sim, mas por isso o IBGE é tão importante.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman:: Ele continua dando os dados há décadas e ninguém usou pra nada. E outra coisa, intramunicipal de dez em dez anos, pelo amor de Deus. Estamos em 2019, não em 1919.

Aparte da conselheira Andrea Pulici: Eu acho que você está certo. Mas tem que ter um cuidado também de jogar na conta de que eu não vou coletar esse dado e vai ter uma base administrativa que vai me dar conta disso. Por exemplo, a Receita Federal. Pobre não declara imposto de renda. Do outro lado, CadÚnico, rico não está com CadÚnico e nem todo pobre está com CadÚnico. Agora mesmo no Chapadão, favela extremamente precária no Rio de Janeiro, 2% da população está com CadÚnico. Então, a gente também tem que ter um pouco de cuidado quando a gente joga a responsabilidade em uma base administrativa.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Cuidados esses que tecnicamente devem ser tratados com muita ciência porque mesmo quando você pergunta renda, na parte debaixo da pirâmide, em um país tão desigual é a imensa maioria, você perde uma parte enorme dela. Você bate na porta de um frentista de posto de gasolina, ele atende e você pergunta “qual é a sua renda?”, ele diz o salário dele. E quando você bate na porta de rico ou de classe média alta, como nós aqui, nenhuma de nós perguntado sobre a renda vai dizer quanto ganhou com rendimento financeiro. Quando perguntarem a renda para você ou para mim, eu vou dizer o salário, eu não vou dizer quanto eu ganhei de juros ou se eu ganhei alguma coisa de ação. No entanto, isso não é problema nenhum porque tecnicamente é perfeitamente possível trabalhar

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Tem 45 milhões de famílias recebendo Bolsa Família e continua a existir 7 milhões de miseráveis nessas áreas.

Aparte da conselheira Andrea Pulici: Mas não tem nada a ver com a coleta de dados.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Andrea, você está em contradição com o maravilhoso trabalho que você está fazendo. Para localizar a extrema pobreza, é um trabalho igual ao que vocês fazem aqui. Porque se fosse pelo dado do Censo, vocês estão gastando dinheiro à toa. Se fosse dado do Censo que ajudasse, vocês estão gastando dinheiro à toa.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Não, na nossa primeira amostra, a gente usou dado do Censo, do IPS e deu muito certo.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Quantos vocês já localizaram? Do Territórios Sociais.

Aparte da conselheira Andrea Pulici: Só em três meses, a gente está com 6.800 famílias.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Seis mil. É um trabalho de anos e anos. Se o dado do Censo fosse um dado que servisse para isso direto, essa relação não faz sentido. O Censo faz

para 6,5 milhões e vocês tem que gastar todo o dinheiro e fazer todo esse trabalho para achar 6 mil famílias? Mauro, usando o seu argumento, qual é o município que vai ter dinheiro para pegar o dado do Censo como base e gastar dinheiro para fazer isso?

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Dinheiro não é muito, é estrutura, outra coisa.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Estrutura é salário, é dinheiro. Estrutura é gente contratada. Vocês imaginam Queimados fazendo isso?

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Sergio, me desculpa, mas pelo seu argumento, não faz nem de dez em dez anos, porque se de dez em dez anos não vale nada...

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Este ponto não faz nem de dez em dez anos, claro.

Eduardo Rios: Tinha que diminuir, isso pode até se provar falso, eu serei o primeiro a dar a mão à palmatória, você tinha que ter um básico mais enxuto para aumentar a cobertura, não para a pesquisa tradicional que o Censo faz. Mas da cobertura alternativa que nós vamos ter que fazer, inclusive de retorno. Esse era a linha mestra do meu raciocínio. Porque eu peguei de surpresa? Todo mundo acha que eu ia debater a amostra e eu fiquei caladinho lá vendo o que cientificamente dava para fazer no básico. Então, acho que o pessoal se sentiu traído com esse negócio, mas tem essa razão. A única coisa que eu falo é o seguinte, teve lógica, teve dor de consciência e eu pago essa praga, sou odiado pelos meus pares demógrafos. Eu sou o pai da demografia porque meu pai que é o avô da demografia, que o Zé Alberto e avó, que é a Elza Berquó, são os grandes mestres de todos. Mas da geração posterior à dela, eu tinha liderança, hoje ela é questionada por causa dessa merda.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Se bem que o Zé Alberto queria cortar o dobro do que ele cortou.

Aparte do conselheiro Fernando Cavallieri: Eu apoio algum corte. Posse do imóvel lá no base. Podia ter tirado aqui ali mesmo, não fazia sentido. Você chega em uma favela e pergunta “quem é o dono disso aqui?”, o cara vai dizer “é outro”? “Sou eu, lógico, eu moro aqui”.

Eduardo Rios: Pela recepção muito boa que eu tive aqui, eu estou sendo franco para mostrar quais foram os dilemas e que teve uma tentativa de lógica. Esse que é o ponto fundamental. Aqui, por exemplo, eles mataram, fiquei ofendido mesmo. Por isso a coisa que eu falei do corte maluco. Eu vou contar dois casos. Desde o século 19, o IBGE pergunta registro civil e tiraram, e eu não voltei com o registro civil. Eu não voltei porque seria incoerência da minha parte. Os dados de registro civil que o próprio IBGE coleta são bons. É claro que uma coisa é coletar um registro civil isolado, que é uma pesquisa isolada, a outra é você ter uma pesquisa, mas tem que ter o mínimo de coerência, eu tive. Sé que aí, o que eles fizeram? Eles pegaram e perguntaram “unidos/não unidos”. E qualquer pessoa da área de Ciências Sociais, principalmente demógrafos, o problema é que o pessoal de Ciências Sociais no Brasil às vezes não cobre tudo isso. Mas qualquer pessoa que avança nisso sabe que “unidos” na América Latina inteira não faz sentido nenhum se você não separar união consensual de casamento formal, vão duas coisas totalmente distintas sociologicamente falando. E eles tiraram. Eu falei “Não, eu sou demógrafo, isso aí eu não aceito”. Então, eu tinha vindo “mão de tesoura” e tive que cortar uma rosa. Você não separar união consensual de casamento formal, acabou. Silvio Santos, lá na década de 70, quando ele era da Globo, falava “você é solteira, casada ou tico tico no fubá?”, tico tico no fubá era união consensual, sempre teve união consensual. Inclusive tem um status, tem vários estudos antropológicos, sociológicos, que a mulher que está em união consensual tem um poder

de barganha muito menor do que a mulher em um casamento formal. Na década de 90 no Brasil, houve a lei do concubinato, mudou a relação de status um pouco porque com a lei do concubinato, se você prova que você tem uma relação estável com uma pessoa, independente se é bigamo ou não, você é herdeiro universal daquela pessoa. Foi um avanço. Mas meu ponto aqui é só dizer o seguinte: não ter essa pergunta no Censo seria gravíssimo em um Censo que tem o nome “demográfico”. Ter simplesmente “unidos/não unidos” seria um sacrilégio.

Aparte da conselheira Andrea Pulici: Mas estado civil saiu.

Eduardo Rios: Estado civil saiu. Então, o que acontece, a gente tem “unido/não unido”, mas a gente perdeu as “divorciadas” e as “viúvas”. O ideal teria sido manter o estado civil. Eu fiz uma solução de compromisso, mas a coisa ficou tão ideologizada que espalharam à boca pequena que eu mantive esse quesito porque a minha mulher faz pesquisa nessa área, que mantive isso por interesse privado. É uma coisa totalmente maluca. Primeiro, que eu faço mais pesquisa que ela nisso. Inclusive na Europa e em outros lugares tem uma discussão que a coabitação moderna, tem muita gente que não quer casar mesmo, a coisa ainda é mais complexa. No Brasil, você tem que fazer uma variável que é união consensual de baixa escolaridade da mulher e união consensual de alta escolaridade da mulher porque são dois segmentos que estão alterando. Só para ver o seguinte: isso é um grande debate mundial e o negócio estava indo todo por água abaixo. E em “Trabalho e Rendimento”, eu ganhei o Cimar para ser meu vice-diretor porque nessas discussões todas foram tirando tudo de “Trabalho”, depois voltaram um pouco. Eu não acompanhei todo esse processo até chegar nas tais 86 perguntas, mas a versão que estava vigente como proposta antes de eu assumir, coletava rendimento total e não separava rendimento de trabalho. Isso dá caso. Eu falei “Gente, isso não faz sentido”. Ainda assim, eu mantive. Aí o Cimar falou “Não faz sentido o Censo não separar rendimento de trabalho e não-trabalho”. De novo, houve essa consulta e nós separamos. Agora, o que houve é o seguinte, quem tinha proposto misturar voltou atrás quando saiu a versão final e comparou com 2010. E, de fato, 2010 tinha renda do Bolsa Família, BPC. Qual é a crítica que eu tenho que em 2010 foi feito errado? Crítica como demógrafo e especialista de Trabalho. É que a gente não pode, foi uma cultura Pnad jogada no Censo. Censo é Censo, Pnad é Pnad. A gente não pode fazer pergunta muito complexa no Censo comparado com Pnad porque o “pnadeiro” é um cara profissional, um cara super treinado. Agora, no Censo, o cara quer picaretar, quer fazer o negócio. Se a gente não fizer uma pergunta adaptada para a velocidade que o Censo tem que ter e o capital humano do entrevistador, você dá um tiro no pé. Você não pode fazer uma pergunta padrão Pnad para o Censo, a qualidade da resposta fica afetada, é outra.

Aparte do conselheiro Pedro Cascon: Aposentado é não-trabalho?

Eduardo Rios: É não-trabalho. Então, tinha que separar essas duas coisas, não tinha outra saída. Com isso, eu consegui conquistar, convidando o Cimar para ser vice-diretor, ele aceitou. Exatamente eu o vi nessa interação. Tem um ponto que eu falo que é positivo, que é o seguinte, depois que o anjo da guarda me salvou lá, que a professora me ligou, mandou um whatsapp, aí hoje eu falo. Uma coisa bacana do IBGE, e essa é uma das poucas discordâncias que eu tenho em relação ao Sergio, uma das coisas bacanas do IBGE são esses povos, comunidades, populações indígenas, populações quilombolas. Por que eu acho bacana isso? Embora eu concorde que tenha um período que os ciganos estão batendo na porta, está cheio de bicho esquisito, no bom sentido, grupos especiais querendo ser medidos. Mas foi uma coisa bacana porque valoriza o trabalho técnico do IBGE. Eu que tenho uma peste de interventor, o pessoal desse grupo me adora. Porque eu falo o seguinte, faz uma para casa e eu não tenho como te

cortar nem que eu queira. Que ela falou que a mulher me ligou lá. Como eles fizeram, primeiro com os indígenas lá em 2010, melhoraram, e com quilombola, por mais que eu concorde...

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Quilombola a Andrea mostrou que eu estava errado. Vai ser perguntado só em área quilombola. Agora, indígena tem que botar uma pergunta a mais na minha opinião. Metade da população indígena vive fora de área.

Eduardo Rios: O pessoal é muito sério. Esse grupo PCT, eu tenho orgulho deles lá. O que isso prova? Qualquer demanda que você fizer, politicamente correta, identitária, longe de mim ser contra, se você fizer o trabalho, mostra a economicidade das coisas, que é um negócio meio louco, tem todo sentido. Qual foi a lógica? Eu fui conversar com um procurador em Brasília, eles fizeram o seguinte, todo o trabalho comunitário, identificar o território primeiro. Uma vez identificada a territorialidade, você não vai ficar dando tiro de canhão a esmo. Nós já sabíamos a priori quais são os setores censitários que vão passar por isso. Aí, fica econômico. Você fica bem na fita. Eu já falei, se tiver alguma coisa de case internacional eu vou levar. Porque é um caso super bem feito. Tudo trabalhando para a comunidade, definindo território.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Toma cuidado que pode aparecer do nada uma queda de 50% da população indígena.

Eduardo Rios: Por exemplo, ciganos. Ciganos entraram. Qual o problema dos ciganos? E qualquer grupo identitário, foi o que nós pagamos com o autismo também. Existe no Brasil essa coisa da causa identitária hoje, que é o seguinte, se não está no Censo, você não vai ser beneficiado por política pública.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: O que fez entrar a questão do autismo. Essa é uma questão absurda porque o maior problema do autismo é exatamente a falta de diagnóstico, principalmente o precoce. A maior parte das famílias só vai descobrir muito lá na frente. Você vai fazer uma pergunta e a maior parte das mães e dos pais vai dizer “não, claro que não” e, no entanto, a criança é autista.

Eduardo Rios: O ponto é que tem esse conjunto identitário e, por sorte, em alguns casos, o cigano não acontece porque é meio nômade, é que os grupos identitários que possuem, por exemplo, tem o caçara aqui no Rio e tal, grupos que tem territorialidade é economicamente viável você captar. Agora, a economicidade veio da territorialidade. Então, é uma coisa que você tem que fazer um balanceamento das coisas. Mas isso é de se orgulhar e eu falo isso que é o orgulho do IBGE, não é meu, não. Eu cheguei e já estava tudo pronto. Os meninos são fera. O que eu salvei foi a minha pele, meu anjo da guarda lá, de não ter mexido no base. A mortalidade ficou mantida. Na educação, teve uma polêmica. Eu sou demógrafo da educação, se tem uma coisa que eu não tenho arrependimento nenhum foi esse negócio de tirar a pergunta da rede, se era privada ou pública. Porque o Censo escolar é fantástico. E essa pergunta de rede era para a população em idade escolar. Se o Rio de Janeiro não usa muito, eu sugiro: usem o Censo escolar, é bom demais. É até uma meta para saber se a gente fez o Censo demográfico bem ou mal, de tão bom que ele é. Então, não tem muito sentido ter mantido essa pergunta. Eu vou já

Aparte do conselheiro Pedro Cascon: Esse tempo de estudo tirou ou manteve?

Eduardo Rios: A gente corrigiu um erro que tinha em 2010. Em 2010, eles fizeram uma faixa, isso eu odiei, eles fizeram uma pergunta meio esquisita que você não conseguiu calcular anos de estudo no Censo 2010. E aí, antes da minha volta já tinha sido voltado, causou muita controvérsia. Anos de estudo está preservado. Agora, o que foi tirado para quem frequenta

escolas é se é rede pública ou privada. O ponto é que realmente o Inep dá show no Censo escolar. Na questão do valor do aluguel, essa é uma questão ambígua, eu aceito a chibatada. Mas no sentido que eu fui rigoroso demais e na negociação comeu-se mosca. Eu sempre mexi com demanda de habitação, tinha feito um trabalho para o Ministério das Cidades sobre demanda demográfica de habitação. Eu estou falando isso aqui porque nós estamos discutindo, que eu nunca usei isso nas entrevistas porque eu acho que é desonesto cientificamente quebrar o termômetro. Para se defender, você quebra o termômetro e não está com febre. Mas na realidade o conceito de déficit habitacional tem várias fragilidades. É meio uma jabuticaba brasileira. Eu já brigava muito com o conceito de família convivente, que 50% do déficit era de família convivente. E esse já foi um que dançou em 2010. Porque com o Censo 2010, se mudou uma tradição que tinha no IBGE que era perguntar a família principal e a família secundária no interior do domicílio, que era de onde surgia família convivente. A João Pinheiro já teve que fazer uma ginástica para ressuscitar uma prótese de família convivente, aí eu só acrescentei mais um problema. A menina que mexe com isso na João Pinheiro quis me matar, ela foi minha aluna, que foi a retirada do aluguel. Os três grandes componentes básicos, precariedade domiciliar, família convivente e aluguel, tem também a densidade de habitantes. Tudo bem, aí tem esse problema. E uma coisa que eu, de fato, com toda sinceridade, não atestei, se a gente tivesse atestado, teria cortado, mas não dá para você voltar atrás, essas coisas são processos institucionais.

Aparte da conselheira Andrea Pulici: Mas a equipe técnica do IBGE não sinalizou isso?

Eduardo Rios: Eu já cheguei no final da discussão, já estava em 86.

Aparte da conselheira Andrea Pulici: Na hora de fechar o questionário a equipe técnica não foi consultada?

Eduardo Rios: Para mim, essa é uma das polêmicas, eu assumi a responsabilidade. Aí, tem até uma discussão desse negócio de governo e estado. Tem até um argumento do sindicato "Ah, o IBGE é de estado", uma coisa que eu não tinha parado para ver, você vai gostar, Sergio. O argumento deles é comparando o Censo de 2000 com o de 2010 e o de 2020. Mas eles, não sei se intencionalmente ou maldosamente, esqueceram do nosso amigo Eduardo Guimarães que foi em 91, que era para ter sido em 90. O que acontece? É difícil separar o que é governo de estado se você está em uma continuidade ou descontinuidade administrativa. Veja bem, tanto o Censo 2000 foi no segundo governo FHC, já tinha tido problema com a contagem em 97 que não foi nenhuma Brastemp, assim mesmo foi a melhor, muito melhor que a de 2007. Mas era o segundo governo, no penúltimo ano. É difícil falar se isso foi estado ou uma continuidade administrativa importante. 2010, idem. Era o último ano do governo Lula. Você tem oito anos de direção de uma instituição. Em que medida isso é governo ou estado, é difícil. Qualquer pessoa que conhece gestão sabe que continuidade dá um equilíbrio. Aí, você pega o Collor, no primeiro ano do governo Collor deu merda, teve que adiar para 91. O pobre coitado do Eduardo Guimarães foi crucificado pelos demógrafos. E nesse ano de novo, foi uma mudança de governo depois de quatro gestões em uma linha e todo o debate agora em 2019 é no primeiro ano e o Censo vai ser no segundo ano. Ainda é um pouco melhor que o Eduardo Guimarães. Então, é muito difícil você saber o que é governo versus estado, se você está falando de subsequência de dois governos. O CPF que está em jogo é de quem está assinando a coisa. Teve uma hora que eu falei "Eu não vou ficar fazendo assembleísmo mesmo o tema sendo técnico se eu sou um diretor técnico, se eu não vou dividir o CPF de todo mundo na decisão final que for tomada". Por isso, estou falando que nessa do aluguel eu lamento muito que eu não tenha tido um questionamento.

Aparte da conselheira Andrea Pulici: Eu só falei isso porque eu conheço muitos técnicos do IBGE que hoje estão nas coordenações e uma bagagem acumulada dos técnicos nessas horas, às vezes, pode fazer diferença.

Aparte da conselheira Andrea Pulici: Então, quando você junta todo mundo para ir a uma casa, como é que você georreferencia o domicílio dele. Para questões de supervisão de uma pesquisa, você perde totalmente o controle porque nada impede de enquanto recenseador estar ali preenchendo um monte de questionário. Para garantir de fato que esse denominador seja potente, você tem que ter várias estratégias. Nas comunidades, você tem que identificar quem entra bem de casa em casa. Por exemplo, no Rio, e em vários lugares que tem estratégia de saúde da família, a gente tem a figura do agente comunitário de saúde, você tem a questão do assistente social, você tem a questão das escolas, de uma melhor divulgação de escola em escola, cartazes, palestras da importância do censo. Eu acho que você abre a porta para um pesquisador recenseador quando você entende o quanto aquilo é importante, a não ser mais uma mera pesquisa. E isso vale também para os grandes condomínios.

Aparte do conselheiro Cezar Kirszenblatt: Você leu em detalhe o que ele colocou? Falta de tempo. Se as pessoas podem responder um questionário online, a qualquer hora do dia. Se eu tiver problemas de internet, eu tenho um plano B, eu tenho offline, e aí no momento que eu tenha um sinal maravilhoso, eu clico, como faço receitanet, eu envio.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Mas a receita é obrigatória.

Aparte da conselheira Andrea Pulici: Imposto de renda, primeiro que você tem uma base com o seu CPF, de bens, e banco e você pode cruzar informação para verificar se ele é certo ou não, ainda cai em uma malha fina e daqui quatro anos você está sendo chamado lá, no censo não tem esse tempo. Segundo, tem perguntas ali que são subjetivas. Por isso que o treinamento é muito importante.

Aparte do conselheiro Roberto Medronho: Você coloca a questão da redução do censo, a questão do custo, do tempo, e colocaram a questão da necessidade do big data e até outros métodos que já estão sendo utilizados para integrar essa massa de dados que circula aí Brasil afora. E isso, obviamente, vai ter um impacto em uma redução no trabalho do censo se conseguirmos ser exitosos nessa estratégia. A minha pergunta é: essa estratégia do IBGE está dentro do planejamento para a utilização dessa massa de base de dados para tornar um eventual substituto do censo daqui alguns anos, ou não? Ou é só por uma questão financeira e aí aproveitou-se essa questão financeira e tem um discurso tecnicamente correto, parafraseando o “politicamente correto”, de que nós estamos fazendo isso para modernizar o nosso país. E é verdade, o Brasil tem um conjunto de base de dados dos mais ricos do mundo. Você falou no Ministério da Saúde, aí eu pensei nas bases de dados do Ministério da Saúde, que são maravilhosas. Aí depois eu vi que você estava pensando no cifrãozinho do ministério, que tem muito dinheiro.

Eduardo Rios: As duas coisas.

Aparte do conselheiro Roberto Medronho: As duas coisas de preferência. Tem muito dinheiro. Semana que vem vou fazer uma palestra na Secretaria de Vigilância em Saúde, estou levando meu projeto para mostrar para o Mandetta com vários companheiros da UFRJ porque Cnpq, Faperj estão cada vez mais... A nossa Petrobras vai ser o Ministério da Saúde. Mas a minha pergunta é exatamente essa. Ela está dentro de uma política planejada para que a gente possa

um dia não necessitar do censo ou só necessitar em coisas muito específicas? Ou é mais por uma questão de corte e essa coisa não está integrada em um prazo mais longínquo?

Aparte do conselheiro Fernando Cavallieri: Eu já tenho falado isso várias vezes, várias reuniões com o IBGE e tudo. Eu achava que o IBGE trata diferente aquilo que é diferente em vários aspectos. Embora tenha que ter uma uniformidade, que é nacional. Por exemplo, a questão da fração amostral mudou em 2010, muito justo. A nossa, por exemplo, diminuiu nas cidades grandes, aumentou nas cidades pequenas. Eu acho que os grandes municípios brasileiros, no chute, com mais de 500 mil habitantes, talvez sejam uns 30 no máximo. Eles devem representar 40% da população. Eu acho que esses deveriam ter um tratamento, para o IBGE, diferente. Eles representam muito da população e é muito diferente ter um município com 5 mil pessoas e precisar de informações intramunicipais do que você ter um com 5 milhões

Aparte do conselheiro Fernando Cavallieri: Cabe ao IBGE dizer não.

Aparte do conselheiro Sergio Besserman: Não pode, município é ente federativo. Você não pode tratar um ente federativo diferente de outro.

Eu não estou tranquilo quanto ao objetivo principal. Acho que o IBGE fez um tremendo trabalho, o Eduardo, a equipe, etc. Mas o objetivo da cobertura eu continuo completamente... Eu não tenho evidência, é que é obrigação da instituição, de todo mundo olhar para trás. Quando a gente olha para frente, não tem evidência, o futuro não aconteceu ainda, a gente pode ver algumas coisas. Eu acho que o censo de 2020 vai ser muito mais difícil que todos os outros. O IBGE sempre entrou com muita facilidade na casa das pessoas, elas gostavam de receber. No mundo inteiro, na última década, governos, partidos políticos, instituições, órgãos do governo, tudo isso, foram para a lama no mundo. Por que o instituto de estatística, IBGE, ou de qualquer outro país, acha que está fora dessa jogada? Por que ele é simpático? Número dois, há dez anos atrás, a gente usava internet, não era no notebook, não, era em um negócio desse tamanho. Mudou tudo, a velocidade das coisas mudou. Eu, com 62 anos, quando vou comprar um aplicativo que me interessa muito: uma página, cadastro. Duas páginas, mas eu gosto muito disso. Três páginas, vai à merda. Eu tenho certeza que eu vou arranjar esse negócio sem precisar ficar fazendo isso. E isso vai ser de todo mundo. Se alguém achar que não, eu vou só contar uma história pessoal. Acaba o Censo 2000, a Revista Época publica 3,4 páginas sobre o fracasso do Censo 2000. Pegando 22 pessoas que não tinham sido recenseadas. Eu vou às mais altas esferas que vocês puderem imaginar das organizações Globo e digo "A Revista Época está fazendo um mal ao Brasil, eu quero que vocês façam o seguinte: me deem esses 22 que não foram recenseados, que eles me deem uma autorização para quebrar o sigilo, que eu vou mostrar que eles foram recenseados". E aí, ela corrigiu e eu passei duas semanas assim. Porque mesmo que fosse uma subenumeração, a melhor do mundo, 3%, nós estaríamos falando hoje em dia de 6 milhões de pessoas. E é claro que isso foi uma subenumeração fantástica. Qual vai ser a de agora? E com uma outra diferença. Talvez tenha havido um erro que eu cometi, típico do estado brasileiro, talvez tenha havido um erro nosso de vender o tempo todo que a gente vai a todos os domicílios. E nunca ter bancado o custo de dizer "tem alguma subenumeração, sim", eu fiz essa cagada, na minha opinião. Aí, ficou esse negócio. Agora, mesmo que fosse 3% vão ter seis milhões no whatsapp dizendo "Eu não fui recenseado". E não vai ter um dizendo "Eu fui recenseado". Não, não é acabar com o censo. É focar. Primeiro, transparência total, fazer a pesquisa de avaliação, divulgar, assumir desde o início que todo e qualquer censo tem alguma subenumeração, as dificuldades dos aglomerados das comunidades difíceis, elas eram no início só nas grandes cidades, depois em todas as grandes cidades e hoje está em tudo. Altamira tem milícia, tem tudo. Então, nós vamos ter as mesmas dificuldades no Brasil inteiro. E, além disso,

o fato de que ninguém mais tem saco para ficar 45 minutos fazendo alguma coisa, ninguém fica vendo um filme 45 minutos. E focar na cobertura, quem não entender que tem que focar na cobertura está correndo um risco. Tudo o que eu falei pode estar errado, mas se eu estiver certo, se não focar na cobertura, pode ser um desastre para o IBGE e o Censo.

Aparte do conselheiro Cezar Kirszenblatt: Antes do Censo, está começando o cadastro CadLog, cadastro de endereço. Os supervisores vão a cada domicílio e vão referenciar esse domicílio. Eu vou saber se ele foi na casa, que horas ele esteve lá, que horas fez a entrevista. Isso é fundamental. Estava falando de condomínio de luxo, o condomínio de luxo recebe antecipadamente um cartaz com a foto do recenseador e a data que o recenseador vai comparecer na casa dele. Isso já recebia em 2010.

Aparte do conselheiro Sergio Besserman: Agora, se tiver um assalto e a notícia sair na página do Globo...

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Então vamos acabar com o Censo?

Aparte do conselheiro Sergio Besserman: Acabou tudo, não. Vamos focar na cobertura.

Aparte do conselheiro Cezar Kirszenblatt: Comunidade. Comunidade são contratadas pessoas lá de dentro, supervisores lá de dentro. E o supervisor ou o agente de coleta municipal tem uma verba que chamam de ajuda de custo para, se por um acaso, tiver que pagar alguém para acompanhar em determinado lugar que é perigoso ou que cobrem lá dentro, ele tem esse dinheiro para pagar. Então, ele não deixa sem cobertura. Rocinha a gente teve muito isso. É o pedágio e é real. Mas no Censo é isso que acontece, no dia a dia do IBGE, não. Os funcionários do IBGE são conhecidos dentro da comunidade. Claro, acontecem acidentes, "hoje não pode entrar".

Aparte do conselheiro Sergio Besserman: Agora, eu fecho com o Mauro. É óbvio que como qualquer país desenvolvido tem que acabar com o censo. Tudo quanto é país desenvolvido está discutindo acabar com o censo. A Dinamarca acho que já não vai ter censo. É não saber o que é big data, o mundo vai caminhar para acabar com o censo.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Eu estou arrependido, então, de ter convidado o Eduardo, que essa é uma questão irrelevante, nada vai dar certo, vai dar um problema monumental.

Aparte do conselheiro Sergio Besserman: Não vai dar porque eles fizeram um excelente trabalho de focar a cobertura.

Eduardo Rios: Sergio, eu concordo com o que você falou. Uma das coisas, é difícil dizer, ainda existe alguma incerteza sobre o plano amostral e aí eu concordo com a sua preocupação. Tudo mostra que o plano amostral será o de 2010, agora, eu, se pudesse, voltaria ao de 2000, tem que ser coerente. Isso aumenta o custo. Mas é a prova de como eu não gosto dos 5% para municípios acima de 500 mil. Então, só para ver que não são só más notícias. Mas eu estou te falando isso porque foi muito mal movimentado, é minha crítica, a casa de vez em quando dá suas mancadas. A coisa de mudar a data fixa para o base foi por causa do programa da saúde. O que aconteceu, resumidamente, quando você faz a matriz de origem e destino da migração para o Rio de Janeiro, 5% você capta bem e você consegue expandir a amostra dos imigrantes para o Rio. Mas como eu vou bater de onde esses caras vieram, estavam, com a amostra de 5%. Vão ter regiões de origem que não serão computadas. Então, vai ter um paraíba, mas não vai ter um piauiense. E aí, os caras em vez de voltar para o plano de 2000, eles jogaram no base. Por isso que eu falo, eu sou muito tranquilo, o pessoal fica com raiva de mim porque eu sou técnico. Para

mim não está difícil responder o aluguel, que é uma coisa mais óbvia e tal e ainda assim eu tento. Eu fui muito franco aqui em algumas coisas, acho que esse que é o espírito. Mas já nessa coisa do plano amostral, da data fixa, eu acho que você é do ramo, só confirma. E até um aspecto que eu não tinha considerado que caso eu venha a contemplar isso, vai no benefício, na coisa do custo-benefício. Não quer dizer que eu estou prometendo nada. A coisa do registro administrativo. Eu acho, e Estados Unidos e Canadá são dois exemplos que dizem o seguinte: a gente caminha para isso, mas dificilmente um país grande como o Brasil, para mim o paradigma do Brasil é os Estados Unidos, mesmo em economia indo mal. Há trinta anos eu falava isso, o pessoal achava que era uma heresia. O Brasil parece para caceta na dinâmica interna com os Estados Unidos. Um país continental e você pega os Estados Unidos, tem registro administrativo, está ampliando, acho que eles não foram pioneiros nisso. Mas não é uma Dinamarca que é um cocozinho de mosquito, então caminha para isso. Caminha para isso, mas você ainda vai ter que ter alguma coisa de registro administrativo, você vai ter que ter o básico na temporalidade e provavelmente tudo indica, eu não vou ser defensor disso porque eu não vou comprar uma briga por uma coisa que eu nem sei se sobrevivo lá, minha briga é o Censo. Mas em algum momento a gente vai ter que passar da Pnad Contínua para o Censo contínuo que, por incrível que pareça, o IBGE foi pioneiro nisso. Tem muita craca que não está sendo contabilizada. Eu não sou ideológico nesse ponto. Agora, teve coisa tipo esse do Censo Contínuo que acho até que Eduardo Nunes teve mérito, que ele que fez grande parte, mas que no governo subsequente jogaram para debaixo do tapete. A pior coisa é a falta de relatório quando você gastou dinheiro. Você não ter o relatório, não ter uma conclusão, porque aí você fica às cegas. A gente não pode ter medo de admitir os próprios erros. E aqui eu estou falando, a coisa do aluguel. Mas eu acho que o registro administrativo é bom. O grande desafio por tudo que eu tenho lido, eu tenho conversado muito com a presidente sobre isso... Eu acho que o IBGE pode, tem algo a criar e isso é um desafio no mundo. Acho que nesse ponto a gente estaria na vanguarda e a própria prefeitura, também o IPP, esse é um desafio, imagino, para o IPP, que é o seguinte: você tem que ter um desprendimento muito grande e uma cultura estilo IBGE para pegar o registro administrativo e falar assim “isso aqui é merda” ou “isso aqui é bom”. As vezes o preenchimento é picareta e tudo isso tem que ser feito cientificamente. E esse protocolo o próprio IBGE não tem, eu acho que é um desafio nosso fazer o que é que faz você transformar um registro administrativo que é para controle do funcionamento de uma instituição, de uma prefeitura, de um estado em um dado estatístico. A transição de um para o outro não é mecânica e não existe manual para isso. Isso é um desafio. No caso da Andrea, agora período eleitoral, é super pertinente isso. Envolve até uma estratégia porque começa 1º de agosto, então você vai ter, teoricamente, até novembro, etc. Tem que ter uma estratégia para ser ou o mais cedo possível ou depois do segundo turno nas áreas complexas. Mas eu não vi nenhuma discussão operacional sobre isso aí. Mas é uma questão importante e a coleta do Censo, o que ela falou é verdade. Como o Romualdo falou, tem toda uma estratégia. Eu tenho uma dificuldade, por isso eu quero fazer esse negócio do IPP. Existe a tecnologia no IBGE, que é super pragmática e o ponto é que eles falam “ela sempre funcionou”. Eu acredito, não vou ser eu que vou questionar. Só que eu acho que falta uma espécie de plano B. Porque a estratégia é assim, ser o mais rápido possível, se é um entrevistador, você bota cinco e combinado, se tiver que pagar algum extra, paga, e tenta bater e varrer rápido. Essa é a estratégia, tem funcionado, mas eu acho que a gente tem que estar preparado para um plano B se não funcionar ou saber como os outros fizeram. Por exemplo, nesse estudo pioneiro, eu vou tentar fazer a gente ter essa conversa porque também não adianta a gente falar “tecnologia para o IBGE é 100%” porque a gente não está podendo se dar ao luxo disso, principalmente no Rio de Janeiro, a gente tem que ser humilde. Claro, time que está ganhando não se vence, a tecnologia que está ganhando não se vence, a gente tem

convicção nela, mas tem que pelo ouvir os demais e ver. Eu acho que essa interação com o IPP, se eu for bem recebido aqui, eu espero poder voltar. Voltando ao ponto que o Roberto falou, a coisa da saúde não é pragmatismo economizado não, é deliberado ser uma coisa boa, eles viraram parceiro. Para você ter ideia, um dos doces de coco meu, não sei se vai dar para fazer em 2020, se não der vai ser em 2021, é que o pessoal, profissional da saúde, a gente sabe que estudo de coorte é fundamental. E esse é um dos pontos fracos do IBGE, o IBGE não tem um estudo de coorte. E talvez não consiga agora. O que nós estamos pensando em fazer e eles ficaram entusiasmados, que nos Estados Unidos já é feito, nós vamos pegar algumas pesquisas, tipo a PNS 2013, que foi muito boa, e vamos parear com o SIM e o registro civil do IBGE. Eu falo “estilo de vida”, aí o cara sai, transa com todas, hétero, bi, não sei o que, toma todas, fuma, isso tudo nós pegamos na PNS, só que quando é um estudo observacional, a gente nunca sabe se o cara morreu ou viveu. Então, o que nós vamos fazer, as técnicas de pareamento que estamos investindo, nós vamos fazer o batimento, por exemplo, com o SIM, ver se a pessoa morreu ou não e, se morreu, de quê. Aí eu vou poder ligar tabagismo com morte em câncer. Então, nós vamos criar coortes de pesquisas que já eram mortas. O pessoal do Ministério da Saúde adorou o negócio. Hoje, quem faz isso é tubarão que tem dinheiro para fazer esses pareamentos e foi amigo do rei em algum momento. Qual que é o meu objetivo agora? Eu vou usar o próprio técnico do IBGE na nossa sala de sigilo, nós vamos fazer esse pareamento, anonimizar e aí botar em micro dado para qualquer aluno de graduação fazer a sua monografia. Quebrar a barreira, esse monopólio do grande pesquisador. Engraçado que, como demógrafo, mortalidade nunca foi a minha área, mas os colegas me convenceram que isso é fundamental. Estou entrando na epidemiologia pelo menos como aliado. Vai gerar algum ciúme, mas acho que é função do IBGE e vai quebrar monopólio, esse é o objetivo maior. O ponto é esse, a gente tem feito um esforço, parte do esforço da internet são para esses condomínios. A gente tem feito coisas, tipo assim, associação de síndico, tem tido uma enormidade de contatos para tentar mitigar isso. É complicado, a gente descobriu, inclusive, que tem condomínio que quem cuida da portaria está na Bahia, no telemarketing da Bahia, vendo o cara entrando na casa na Barra. E aí, nós já estamos identificando isso porque a entrada é fundamental. Se ele não quer deixar o selinho lá para a pessoa responder, você tem que ser capaz de fazer um contato imediato de primeiro grau, esse que é o problema, esse contato imediato de primeiro grau. E parte no Rio, em São Paulo, Minas também, mas bem menos, a cobertura maior foi Rio e São Paulo.

Aparte do conselheiro Roberto Medronho: Mas o Vigitel, do Ministério da Saúde, é fantástico, com uma perda muita pequena.

Eduardo Rios: Mas uma das possibilidades que nós estamos negociando, seria trazer o Vigitel para o IBGE.

Aparte do conselheiro Roberto Medronho: Só uma coisa interessante nessa sua proposta, o estudo paradigmático que, a partir daí, comprovou que o fumo provoca câncer de pulmão foi extremamente simples. Usaram epidemiologia e estatística. Pegaram o registro CRM dos médicos britânicos e perguntaram a eles se eles fumavam ou não, quantos cigarros por dia. E depois foram no registro de óbito. Nossa ideia hoje é uma das melhores do mundo. E a cada ano eles iam lá, pegaram o registro de civil, pegaram os óbitos dos médicos e viam de quê que morriam. Ele fez uma coorte e mostrou claramente que quem fumava tinha um risco elevadíssimo de morrer de câncer de pulmão.

Eduardo Rios: Eu acho que vai ser fantástico se a gente conseguir fazer. Se você me perguntar qual é a coisa que mais me atrai, tirando o desafio do Censo, são essas coortes que eu estou querendo fazer. Eu acho que vai ser uma revolução na epidemiologia.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Eduardo, obrigado. Obrigado ao Sergio por ter feito a intermediação. Acho que o Censo é muito importante, você acha também. Aqui no IPP, acho que a sua preocupação em realizar o Censo, porque existe uma preocupação que nem se realizasse ou que saísse muito desarrumado, essa preocupação é fundamental, e estamos aqui a disposição para termos uma aproximação maior, trabalhando juntos, tem também o nosso trabalho da Andrea. E vamos trabalhar juntos. Parabéns, eu estou muito curioso de ver o resultado.

Eduardo Rios: Agradeço muito a recepção e o clima. Meu ponto é o seguinte, também partindo da sugestão do Sergio, não podia ser de outra forma, não se trata de não ter crítica, crítica tem em tudo, eu vivo na academia. O único problema meu é que eu sou pouco dogmático, eu sou aberto, eu faço a discussão, mas aqui eu me senti à vontade, me senti em casa, posso dizer assim, e olha que eu sei que eu feri vários interesses.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Só lembrar o seguinte: o governo federal arrecada do Estado Rio de Janeiro 170 bilhões e devolve 33 bilhões, então acho que o IBGE pode pagar algumas continhas.

O presidente do IPP, Mauro Osorio, agradeceu aos presentes e encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.